

AGENDA DO TRABALHO DIGNO

Lei laboral arrisca sair da Concertação sem acordo

A Agenda do Trabalho Digno está de volta à Concertação Social, mas será difícil obter um resultado diferente do obtido no final de 2021, isto é, patrões e sindicatos deixam sinais de que o acordo não está à vista.

ISABEL PATRÍCIO
ispatricio@jornaleconomico.pt

O Governo fez regressar à Concertação Social a Agenda do Trabalho Digno para discutir três medidas que tinham sido negociadas com os partidos mais à esquerda e ainda não tinham sido apresentadas nem às confederações patronais, nem aos sindicatos, mas o acordo em torno dessas mudanças à lei laboral advinha-se difícil. Os parceiros sociais têm até esta sexta-feira para enviar os seus comentários, ouvindo-se críticas tanto por parte dos empresários, como por parte dos representantes dos trabalhadores.

"Consideramos que as medidas [em cima da mesa] são claramente insuficientes para resolver os enormes problemas que os trabalhadores enfrentam no seu dia-a-dia", começa por frisar Ana Pires, da CGTP, central sindical que defende que as propostas do Governo não oferecem solução, por exemplo, para a precariedade vivida no país, nem para a necessidade de se melhorar a conciliação da vida pessoal, profissional e familiar, face à atual "desregulação dos horários". "Também não resolve os problemas da negociação coletiva", acrescenta a sindicalista, apesar da Agenda do Trabalho Digno prever, por exemplo, o reforço da arbitragem de modo a evitar vazios nessa cobertura. A CGTP quer que o Executivo vá mais longe e insiste na revogação da norma da caducidade, que tem funcionado, diz Ana Pires, como "uma arma de chantageamento nas mãos dos patrões". "O reforço da arbitragem de pouco vale", assegura a sindicalista, que reivindica também o regresso do princípio do tratamento mais favorável.

No documento que enviará esta sexta-feira ao Governo, a central sindical liderada por Isabel Camarinha vai, assim, enfatizar que a Agenda do Trabalho Digno, por um lado, não repõe uma série de direitos que foram levantados durante o período a *troika* e, por outro, coloca à discussão medidas que são insuficientes. "E aos trabalhadores que respondemos. É um documento que não repõe o que foi roubado e não resolve problemas fundamentais. É difícil haver um acordo", reconhece Ana Pires.

Também entre os patrões, ecoam críticas ao pacote de altera-



DANI ROCHA/LUSA

ções à lei laboral apresentado pelo Governo. "Não concordamos com a Agenda no seu todo, mas estas três medidas [que foram agora trazidas à Concertação Social] são mesmo consideradas linhas-vermelhas. Não as aceitamos de maneira nenhuma. Não temos condições de as transformar em qualquer espécie de acordo", explica Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Este

As três novas medidas: subida do valor do trabalho extraordinário, aumento da indemnização por cessação do contrato a termo, reforço da arbitragem na negociação coletiva

responsável enfatiza que algumas das medidas em consideração repositam o desenho que existia antes da *troika*, sendo que as mudanças feitas no período de intervenção implicaram, por exemplo, a criação do Fundo de Compensação do Trabalho. Agora, o Governo quer voltar aos contornos anteriores, mas nada diz sobre esse fundo, atitude que a CAP critica. Já sobre o trabalho suplementar (cujo valor deverá subir a partir das 120 horas

anuais, no quadro da Agenda do Trabalho Digno, Eduardo Oliveira e Sousa sublinha que tal é castigar as empresas, "ainda por cima num ambiente de crise". E quanto ao reforço da arbitragem, o responsável é claro: "É o Estado a querer substituir-se à negociação coletiva".

Deste modo, a CAP vai avisar o Governo de que está contra as medidas em cima da mesa, posição que deverá ser generalizada, antecipa Eduardo Oliveira e Sousa. A propósito, Armindo Monteiro sublinha que a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) – da qual é vice-presidente – "é favorável a compromissos", mas ainda, sem demoras, que "infelizmente não tem havido abertura para isso". Por outras palavras, apesar de compreender a importância do trabalho digno, a CIP defende que é preciso haver compromissos e que "certos stakeholders não aproveitem esta Agenda para outros objetivos". "Quanto mais rígido o despedimento, mais rígido será a contratação", avisa ainda o responsável.

Já João Vieira Lopes enfatiza que a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) – da qual é presidente – está em desacordo com as três novas medidas, como, aliás, esteve em relação ao conjunto de medidas que constam da Agenda do Trabalho Digno. Diz que chegar a um acordo será difícil e defende que as mudanças à lei laboral deveriam ser discutidas no quadro do acordo sobre competitividade e rendimentos, que o Governo quer fechar até ao outono.

Foi em julho de 2021 que a Agenda do Trabalho Digno deu entrada na Concertação Social. Apesar da inclusão de alguns contributos dos parceiros sociais, não foi possível chegar a um acordo em 2021. A Agenda do Trabalho Digno está agora de volta à Concertação com três novas medidas: o alargamento das compensações por cessação dos contratos de trabalho a termo, a subida do valor das horas suplementares a partir das 120 horas anuais e o reforço do papel da arbitragem necessária para prevenir vazios na cobertura da negociação coletiva.

A ministra Ana Mendes Godinho avisou que quer concluir os trabalhos rapidamente, mas não clarificou se o conjunto de medidas à lei laboral que seguirá para o Parlamento mesmo sem acordo dos parceiros. ■